

Brasil e a ação militar dos EUA na Guiana

Luiz Cezar Loureiro de Azeredo (*)

Durante o último mês de maio, a imprensa brasileira noticiou, com certo destaque, que forças americanas pertencentes ao célebre Comando de Operações Especiais, sediado em Forte Bragg, estavam há quase três semanas realizando exercícios na antiga base naval britânica em Makouria às margens do Rio Essequibo.

Tal fato acarreta repercussões de grande importância tanto para o Brasil como para os demais países da América Latina que têm parcelas de seu território dentro da Região Amazônica e, representa, sem dúvida alguma, um significativo ganho estratégico dos Estados Unidos (EUA).

Com o final da Guerra Fria e o consequente desmantelamento do poder militar soviético, os estrategistas norte-americanos passaram a advogar novas prioridades de atuação em nível global. A obsessiva preocupação de se preparar para um confronto nuclear com um poderoso oponente foi sendo rapidamente esmaecida. A fragmentação da ordem internacional impunha a necessidade de se possuir um poder militar bem mais flexível, onde forças convencionais, dispondo dos meios tecnologicamente mais avançados possíveis, pudessem ser rapidamente mobilizadas para intervir em qualquer parte do planeta.

Localização Estratégica — Dentro de tal contexto, tornava-se de fundamental importância a procura de locais espalhados pelas zonas geográficas mais características de nosso globo terrestre a fim de que as tropas americanas passassem a ter condições de realizar treinamentos intensivos para possuir uma adequada familiarização com as condições específicas de combate em cada região. Caso o local conseguido permitisse o acesso a pontos vitais de uma das grandes macrorregiões mundiais, o ganho seria duplo pois, ficaria tremendamente facilitada a possibilidade de, posteriormente, se conseguir recursos para construir bases permanentes de apoio para servirem como suporte a operações militares de grande escala que, eventualmente, se fizessem necessárias.

Estabelecer os meios necessários para viabilizar a presença militar americana na Amazônia, uma das principais macrorregiões mundiais, passou a ser, portanto, um dos objetivos principais dos estrategistas daquele país. É oportuno lembrar que a garantia de acesso a pontos vitais da referida região, a partir das instalações militares da Zona do Canal, tornou-se uma opção que possui aspectos bastante problemáticos. Dificuldades de ordem geográfica, caracterizadas pela distância e por condições ambientais que não reproduzem de forma perfeita a diversidade amazônica, e de ordem política, alicerçadas na existência de tratados internacionais que concedem aos panamenhos a plena soberania da Zona do Canal às 12 horas do dia 31 de dezembro de 1999, tornavam complicado, especialmente a longo prazo, o uso das referidas instalações como plataforma efetiva para ações de maior amplitude no espaço amazônico.

Alternativa Guiana — O quadro em questão impunha a procura de novos locais, de preferência em territórios da América do Sul, para acolher, se possível de forma permanente, tropas americanas.

A República da Guiana, em virtude de suas debilidades intrínsecas e de sua inestimável posição estratégica, constituía-se, sem dúvida alguma, em um dos países mais propícios para se tornar alvo dos novos e urgentes interesses estratégicos estadunidenses.

Além da vantagem de possuir a mesma língua oficial comum, os Estados Unidos encontram na Guiana condições altamente favoráveis para impor sua presen-

ça militar. O país, libertado há poucas décadas do jugo colonial inglês, tem enorme fragilidade institucional e possui uma população pequena, rarefeita e dividida em grupos raciais com tendências históricas a antagonizações periódicas de certa gravidade, o que dificulta o processo de construção de sua identidade nacional.

A situação econômica da Guiana é bastante precária pois o país viveu um processo de relativa estagnação durante os últimos 25 anos. O PNB per Capita cresceu, em termos reais, a uma ínfima taxa de 0,4 por cento ao ano durante o período 1966/1989 e atingiu, em 1991, a cifra de 290 dólares, a menor de todo o Hemisfério Ocidental.

O país é rico em recursos naturais, pois parte de seu território está situada no rico Planalto Guiano. Seu potencial mineral é grande e são importantes as reservas de bauxita, ouro, diamantes, ferro, caulim e manganês.

A agricultura, atividade que responde por cerca de 35 por cento do PIB da economia local, está concentrada na produção de açúcar e arroz.

A produção industrial é incipiente e está representada pela fabricação de um pequeno conjunto de bens de consumo não duráveis tais como alimentos, bebidas, vestuário, destinados a atender as necessidades básicas da população.

A infra-estrutura de transporte e comunicações é muito deficiente. A principal rodovia do país liga a capital, Georgetown, à cidade de Lethen, que fica na fronteira do Brasil. Com manutenção deficiente, a estrada fica intransitável em vários trechos durante longos períodos e atualmente vem sendo praticamente reconstruída, projeto que conta com ajuda brasileira.

Embora esteja passando por um processo de recuperação desde o início da década, com taxas médias de crescimento do PIB atingindo cerca de 6,5 por cento ao ano durante o triênio, a economia da Guiana enfrenta problemas financeiros gravíssimos. A virtual impossibilidade de se lidar com a dívida externa de cerca de 1,8 bilhão de dólares, o que equivale a cerca de 675 por cento do seu PIB, uma balança comercial tradicionalmente deficitária e uma vital dependência dos fluxos financeiros externos para custear suas necessidades de investimento contribuem para reforçar a precariedade da estrutura econômica local.

O país enfrenta também um sério problema em seu front externo. Todo o território situado na margem esquerda do rio Essequibo, cerca de 60 por cento da área total da Guiana, tem sua soberania reivindicada pela Venezuela. Acordos internacionais congelaram, provisoriamente, a pendência mas não se pode excluir a ocorrência, em futuro próximo, da possibilidade de conflito na região disputada pelos dois países sul-americanos.

O êxodo populacional sintetiza, de forma marcante, as dificuldades econômicas da Guiana. Cerca de 500 mil guianenses, o que representa aproximadamente 652 por cento da população residente no país, foram morar no exterior em busca de melhores condições de vida.

Melhor acesso — A importância estratégica da Guiana como plataforma de acesso a pontos vitais do território amazônico situados na margem esquerda da grande calha fluvial da região é, sem dúvida alguma, muito grande.

O espaço em questão tem seu centro de gravidade numa área circunscrita, a grosso modo, pelos cursos superiores dos rios Negro, Orenoco e Essequibo englobando territórios pertencentes ao Brasil, Guiana e Venezuela. Abrangendo o Maciço Guiano, uma das grandes formações de rochas antigas do planeta, a região é riquíssima em recursos minerais, possui uma baixíssima densidade demográfica e abriga tribos indígenas que tiveram escassos contatos com o mundo civilizado sendo que, muitas delas, habitam em áreas pertencentes a mais de um país.

Tal contexto apresenta um grande potencial para gerar situações de conflito que podem ser aproveitadas por Estados localizados fora da região para justificar uma intervenção multilateral. É oportu-

EXTENSÃO FRONTEIRIÇA DO BRASIL AO NORTE DO RIO AMAZONAS



País	Extensão (km)	marcos
Colômbia	1.634	80
Venezuela	2.199	1.409
Guiana	1.606	134
Suriname	593	60
Guiana Francesa	730	7
Total	6.711	

no lembrar que autoridades dos Estados Unidos e da França já começaram a endossar teses no sentido de que a soberania nacional pode ser limitada na ocorrência de questões que envolvam direitos humanos e meio ambiente.

Tal linha de pensamento vem também sendo esposada no âmbito das entidades multilaterais de cooperação internacional. No último dia 22 de julho um grupo de trabalho da ONU (Nações Unidas), reunido em Genebra, aprovou um esboço da Declaração de Direitos das Populações Indígenas, que deverá ser promulgado em 1995, onde está expressa claramente a possibilidade de intervenção em qualquer país em nome da "responsabilidade mundial com a promoção dos direitos humanos e a proteção do meio ambiente".

Os fatos acima expostos levam a inferir que a permanência, mesmo que temporária, de forças militares de países estrangeiros ao ambiente amazônico na região do rio Essequibo encerra, para o Brasil, uma situação de suma gravidade e que não pode ser menosprezada.

A história registra que a região sempre foi objeto de cobiça por parte de nações localizadas em outras partes do globo terrestre, que não se conformavam em não ter acesso direto aos recursos que somente a Amazônia dispõe.

Tal situação torna-se ainda mais evidente nos dias de hoje onde a pressão sobre os recursos naturais é cada vez mais intensa. Um sistema econômico altamente concentrador, alicerçado na utilização abusiva de matérias-primas não renováveis obtidas a preços vis, caminha rapidamente por uma crise que só pode ser efetivamente superada caso haja uma radical modificação nos padrões tecnológicos e no estilo de consumo dos países desenvolvidos e dos segmentos mais privilegiados das nações de economia periférica.

Como tal solução dificilmente será adotada num espaço de tempo previsível, a curto e médio prazo, teremos um

cenário internacional cada vez mais caracterizado pelo aprofundamento dos conflitos entre países ricos e pobres, pois a elevação do nível de vida nesses últimos, que abrigam mais de 80% da população mundial, irá exercer uma enorme pressão sobre o estoque de recursos naturais existentes.

Países que possuem tais recursos em grande quantidade sofrerão uma dupla ameaça ao seu direito de utilizá-lo em benefício da melhoria do bem-estar de sua população. De um lado, a crescente veiculação de teses "conservacionistas" advogando a adoção de normas e procedimentos supranacionais para cercar-lhes o legítimo acesso às riquezas contidas em seus limites. Por outro lado, haverá a intensificação das pressões diretas sobre sua integridade territorial, quer seja mediante o fomento, induzido por potências externas, à secessão de enormes extensões de áreas fronteiriças, quer mediante a ocupação militar de regiões que depois seriam transformadas em enclaves internacionais de preservação ambiental.

Fronteira brasileira — O Brasil é o país que seguramente mais será afetado por tais tendências pois exerce plena soberania sobre 67% da Amazônia, região que possui a maior quantidade de recursos naturais ainda disponíveis no planeta, e tem cerca de 57% de sua área inserida dentro da referida macrorregião.

Especial preocupação causa o vazio demográfico que se constata em toda a área localizada na margem esquerda do Rio Amazonas, onde temos uma linha de fronteira com extensão de 6.711 quilômetros (conforme demonstrado no quadro), que precisa de urgente trabalho de recuperação e adensamento de seus marcos limítrofes.

Convém lembrar que é exatamente neste local que a pressão americana está sendo exercida em toda a sua intensidade. Informações reveladas recentemente por oficiais gerais do Exército e, segundo divulgou a imprensa, transmitidas

a representantes do Congresso Nacional garantem que, além das já mencionadas, atividades militares realizadas na Guiana, os Estados Unidos teriam também instalado duas bases na Colômbia.

Brecha para os EUA — Temos então configurado um quadro onde os americanos passam a dispor de condições que lhes concedem uma grande autonomia para realizar ações bélicas na região amazônica. Uma eventual colaboração da França, permitindo a utilização das bases existentes na Guiana Francesa, completaria o cerco militar a toda a região do Brasil situada próxima à linha equatorial e reforçaria, ainda mais, a possibilidade de operações militares supranacionais de grande porte destinadas a garantir uma política de implantação de grandes "santuários de proteção às florestas tropicais e seus habitantes".

Merece especial reflexão a grande ênfase com que assuntos relacionados com a demarcação de terras indígenas na Amazônia vêm sendo tratados na imprensa mundial. A orquestrada campanha que as entidades internacionais realizaram para que se fizesse, de forma absurda, a demarcação da reserva ianomâmi — que precisa ser imediatamente revista para corrigir um grave atentado à soberania nacional causado pela subversão e irresponsabilidade com que o governo Collor tratou do assunto — poderá ser repetida em futuro próximo onde os novos objetivos seriam a adoção dos mesmos critérios para delimitar as reservas dos Macuxis, fronteira do Brasil com a Guiana, dos Tikunas, fronteira entre o Brasil e a Colômbia, etc....

Deve-se na oportunidade ressaltar que o Pacto Amazônico, instrumento criado para evitar a ingerência das grandes potências e permitir a colaboração conjunta e harmônica dos países sul-americanos na região, vem sendo efetivamente solapado em suas bases institucionais por procedimentos como, por exemplo, o da Guiana que parece estar negociando uma eventual proteção americana, para enfrentar divergências territoriais em nível regional.

Força Jurídica — O extraordinário trabalho realizado, ao longo do tempo, por gerações de brasileiros e, assegurado formalmente pela nossa diplomacia, graças à construção de um sólido arcabouço jurídico representado por tratados de limites que legitimam de forma inconteste a posse de todo o território nacional, somente pode ser efetivamente continuado caso sejam executadas, de forma inadiável e consistente, uma série de medidas que reforcem a presença nacional em todo o território localizado na margem norte do Amazonas, ofereçam um razoável padrão de vida aos habitantes que lá residem e garantam o imediato recurso a meios efetivos de dissuasão a qualquer ação ou interferência externa que objetive desestabilizar as nossas fronteiras.

Ao lado da urgente e inadiável intensificação da presença militar na área, é preciso que o Governo Federal adote, através do esforço integrado de todos os seus órgãos de natureza civil, uma série de providências que, a curto prazo e mediante a utilização de recursos que podem ser mobilizados por uma atuação eficiente e consistente da Secretaria de Planejamento da Presidência da República (Seplan) viabilizem um programa de atuação que possibilite o atendimento prioritário das necessidades mínimas de educação, saúde e saneamento das comunidades localizadas naquela parte do território nacional.

Registre-se, na oportunidade, que os recursos atualmente geridos pela Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) para apoio e desenvolvimento das áreas fronteiriças são claramente insuficientes e precisam ser complementados.

O destino do Brasil como nação forte e soberana será decidido na Amazônia. Compete à nossa geração assumir o desafio.

(*) Luiz Cezar Loureiro de Azeredo, Economista do IPEA